

## **Aprendizado Agrícola Visconde de Mauá: Punições como controle da ordem**

**Isabela Luíza R. SILVA<sup>1</sup>; Melissa Salaro BRESCI<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho traz a estudo do relatório do ano de 1938 que tratava das punições e castigos delegados aos alunos que residiam na recém-emancipada cidade de Inconfidentes, a qual abrigava o Aprendizado Agrícola Visconde de Mauá, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa dos dados trazidos pelo referido relatório. Os dados obtidos demonstraram os castigos sempre eram aplicados a fim de manter a ordem dentro dos muros escolares, discutindo melhor porque os menores agiam desta forma, e como era a educação destinada e qual método o governo contribuiria para os menores infratores o que de certa forma trazia a instituição os “ares” de controle e imposição de disciplina.

**Palavras-chave:** Educação; infrações de menores; aprendizagem.

### **1. INTRODUÇÃO**

Quando tentamos compreender o processo de escolarização no Brasil, nos deparamos com diversas modalidades e formas em que ocorreram. Observamos uma série de configurações. Neste trabalho trazemos parte dos estudos feitos a partir do Arquivo Escolar do IFSULDEMINAS campus Inconfidentes acerca do ensino agrícola.

O atual campus Inconfidentes originou-se dos Patronatos agrícolas, os posteriormente Aprendizados Agrícolas, ambos tinham como função dar instrução as jovens de famílias que não tinham condições de fomentar o estudo de seus filhos. De outra maneira (GUIMARÃES, 2010, p.178), cabe ressaltar que os jovens que ingressavam nessa instituição viviam em regime de internato, fato esse necessário para compreendermos a condições a qual os discentes eram submetidos, pela instituição. Na década de 1930 vivia um momento de

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus **Inconfidentes**. Passos/MG - E-mail: [belinha\\_rodriguessilva@hotmail.com](mailto:belinha_rodriguessilva@hotmail.com)

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus **Inconfidentes**. Inconfidentes/MG. E-mail: [melissa.bresci@ifsuldeminas.edu.br](mailto:melissa.bresci@ifsuldeminas.edu.br)

crescimento, devido as condições políticas econômicas vigentes do país, Essas características estavam presentes devido a demanda de mão de obra produtiva e também dos ideais políticos de contenção da população no meio rural. Dessa forma a necessidade de pessoas qualificadas, os princípios governamentais e

A contenção do fluxo migratório dos agricultores, conforme Prado ( 2001, p. 17), fez com que a quantidade de alunos nesse tipo de instituição começasse a aumentar.

Os menores eram enquadrados a uma instituição de ensino gratuito, como um princípio educativo de educação no campo e para o campo, que até no seguinte ano apresentava como módulos o ensino primário e profissional (GUIMARÃES, 2010, p.196). Por meio do decreto Federal nº8. 319 20 de outubro de 1910 o ensino agrícola foi regularizado e ganhou a seguinte estrutura: Ensino Médio Agrícola, Aprendizado Agrícola e Ensino Primário Agrícola.

Além do ensino propriamente dito a instituição tinha hábitos de aplicação de deveres higiênicos aos discentes, para que os mesmos se apresentassem de forma sociável e correta para a sociedade.

Com isso pode se pensar na instituição como um ambiente de correção, no qual os alunos eram submetidos a práticas de controle que tinham o intuito e os ideais governamentais de formar cidadãos trabalhadores, condizentes como os modelos de ideias condizentes com o período. Entretanto cada indivíduo tinha uma realidade diferente, muito não tinham família e vindos de vivências que não condiziam com o que era tido como adequado para a sociedade vigente, como a miséria psicológica e a imoralidade dos atos. O processo educativo e profissional, com caráter ético, no intuito de reverter os vícios gerados por meio da sociedade, proporcionando um acolhimento pela educação rural, preservando as práticas de ordem e disciplina.

Dessa forma o estudo aqui apresentado reflete sobre a forma como eram aplicados métodos corretivos aos alunos tidos como infratores.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Para a elaboração deste trabalho foi indispensável a limpeza, adaptação, e análise dos demais documentos presentes no arquivo escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais- Campus Inconfidentes.

A análise foi constituída de forma qualitativa na qual damos uma abordagem maior ao assunto, relacionando as causas das punições e infrações cometidas pelos alunos (GIL, 2002, p.51).

Vale destacar que durante a análise do documento encontramos dificuldades, pois o campus acomodava de forma desigual e imprópria os arquivos, presentes no acervo da instituição.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante a análise do relatório sobre as causas das penalidades aplicadas aos alunos foi encontrado dados sobre a vida sobrecarregada das ruas e também a falta de estrutura familiar vindos de um pai uma mãe e outros, contrastando com a realidade de uma posterior condução à uma instituição com regras e normas severas.

Aliando-se a estas questões o excesso de trabalho, a falta de humanização nas relações existentes dentro da instituição geralmente comum aos internos, acarretava problemas como indisciplina e fuga, que traziam consequências punitivas, tais como: trabalhos no campo durante os finais de semana, também o critério de desligamentos. Guimarães (2010, p. 207) aborda que essas questões podem ser pensadas a partir do linear educativo dos Aprendizados, que segundo o documento era: “defender a prática de punição por atos cometidos pelos menores a fim de manter a ordem e disciplina necessária ao ensino agrário” (GUIMARAES, 2010. p. 203).

Os internos cometiam infrações, mas considerando que estes queriam ganhar seu espaço na instituição, podemos esclarecer que isso nem sempre era ofertado, reproduziam os mesmos atos aos quais estavam habituados nas ruas como forma de autoafirmação e rebeldia. Os atos inflacionais cometidos pelos adolescentes eram punidos até mesmo com a expulsão, neste caso, após superadas todas as tentativas solucionar a indisciplina do aluno, servia como método de correção exemplar aos demais menores (caráter pedagógico da penalidade).

#### **5. CONCLUSÕES**

O presente trabalho traz análise sobre o relatório anual de 1938 no qual desenvolvemos o enfoque nas infrações e consequentes punições destinadas aos menores, no

então Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá” hoje IFSULDEMINAS - Câmpus Inconfidentes. Nos fez compreender que os atos cometidos pelos menores consistiam em varias hipóteses correlacionadas pelas atuais circunstâncias apresentadas pela sobrevivência, a fim de que não podemos esquecer que a instituição também contribuiu para que tais as agissem desta forma.

Podemos observar também que a instituição mantinha os menores sob uma educação agrária, sem direito a questionamentos. Verificou-se no documento que o aluno era tratado como um número e não pelo próprio nome e em momento algum o mesmo poderia se manifestar ou se defender sobre os atos cometidos. Nota-se também que após infringir as regras repetidamente, o aluno teria como punição máxima o desligamento e como punições paliativas o aumento do tempo de trabalho.

A instituição não relata de forma alguma outros artifícios de melhor alternativa educacional, pois nas circunstâncias observadas o intuito era somente resolver um problema da marginalidade das ruas e não de impor um sistema de educação de qualidade.

## **REFERÊNCIAS**

BOEIRA, Daniel Alves. **Educar e corrigir ou corrigir e educar? O caso do Patronato de Anitápois/ SC.** (1918-1930). Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, Florianópolis, abril 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas S.a, 2002. 176 p.

GUIMARÃES, Leyde Moraes. **Inconfidentes a terra que viu nascer: aspectos históricos gerais.** Inconfidentes: O Autor, 2010.

PRADO, Adonia Antunes. **O Ruralismo pedagógico no Brasil no Estado Novo.** Estudo da Sociedade e Agricultura, 4, julho 1995: 5-27.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947).** 2015. 150 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-graduação em História, João Pessoa - Pb, 2015.